



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016

PRAZO: de 08 de agosto de 2016 a 07 de agosto de 2017

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Frank Ariel Schiavini**, inscrito no CPF sob o nº 938.311.109-72, portador da cédula de identidade RG nº 5.767.644-2 e do outro, a Empresa **FRANCIELI OLDONI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Barão do Cerro Azul, 148 - Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.072.231/0001-88, neste ato representada pela Sra. **Francieli Oldoni**, inscrita no CPF sob o nº 026.617.919-30, portadora da cédula de identidade RG nº 6.092.716-2, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço **POR ITEM**, para o REGISTRO DE PREÇOS, para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PERSIANAS**, fundamentados a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18.09.03, Lei de Licitações nº 8.666/93, Decreto nº 3263 de 28.09.06, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 18 de 20 de dezembro de 2007, Lei nº 27 de 15 de Outubro de 2009, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1. A presente Ata tem por objeto constituir o REGISTRO DE PREÇOS, para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PERSIANAS**, conforme descrição:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL ESTIMADO
1	3	500,0	M²	PERSIANA VERTICAL, COM LAMINAS EM TECIDO, COM 90MM DE LARGURA, EM COR LISA (A DEFINIR), COM COMANDO LATERAL E TRILHOS EM ALUMÍNIO, INSTALADA.	FRANCIELI OLDONI	Luxsa	33,00	16.500,00

(dezesseis mil e quinhentos reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

2. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia à Contratante.

2.1. Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. As despesas decorrentes das eventuais aquisições, objeto desta ata de registro de preços, serão pagas por intermédio das dotações orçamentárias de cada departamento, conforme abaixo descrito:

Órgão/unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
03/01	Administração S.M.A.	03.001.04.122.0003.2.006	3.3.90.30.24	000	1083
05/01	Departamento de Educação	05.001.12.361.0013.2.012	3.3.90.30.24	000	1366
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.027	3.3.90.30.24	000	2923

3.1. As despesas de outros órgãos ou entidades da Administração que utilizem desta Ata correrão por sua conta.



3.2. O CONTRATANTE reserva se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da quantidade estimada.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS

4. Os preços dos produtos a serem contratados, são os constantes da presente Ata, ofertados pela empresa acima classificada com os menores preços.

4.1. O Contratante monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

4.1.1. O Contratante convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

4.1.2. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, despesas de pessoal, etc), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

4.1.3. Não será concedido nenhum reajustamento de preços no período da contratação, ressalvada a hipótese de aplicação do art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, que prevê a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

5. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, de 08 de agosto de 2016 a 07 de agosto de 2017.

5.1. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo rescindir o contrato independente de infringência contratual por parte da DETENTORA, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

6. Cumprir o objeto da Ata de Registro de Preços, entregando os produtos especificados no do Edital Pregão Presencial nº 67/2016, adjudicados no certame dentro do prazo determinado pelo ÓRGÃO CONTRATANTE, de acordo com o preço registrado e a cláusula oitava.

6.1. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.2. Assumir, com responsabilidade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo ÓRGÃO CONTRATANTE.

6.3. Responder perante o ÓRGÃO CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto.

6.4. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o ÓRGÃO CONTRATANTE.

6.5. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

6.6. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa do Contratante.

6.7. Manter-se, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8. Responsabilizar-se pelos ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais que se fizerem necessários para a boa execução do objeto da contratação. As despesas com qualquer tipo de análise do material no ato da entrega, caso seja necessário, correrão por conta da empresa vencedora.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

7. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Nona.
- 7.1. Fornecer e colocar à disposição da DETENTORA, efetuando os pagamentos que se fizerem necessários à execução da contratação e fornecimento.
- 7.2. Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.
- 7.3. Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 7.4. Acompanhar a execução do objeto contratado, efetuada pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.
- 7.5. Fiscalizar a execução da contratação por um representante do ÓRGÃO CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.6. O Departamento de Administração será responsável pela prática de todos os atos de controle do registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

8. Os produtos objeto desta ATA deverão ser entregues somente mediante autorização de fornecimento (nota de empenho). As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o MUNICÍPIO a adquiri-las. Os produtos serão registrados pelo prazo de 12 (doze) meses e serão retirados conforme solicitação da divisão de compras, conforme as condições estabelecidas deste edital.
- 8.1. Os itens objeto desta ATA deverão ser entregues conforme descrição do item ganho, correndo por conta da DETENTORA as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 8.2. Os produtos deverão ser entregues no Departamento requisitante, no Município de Coronel Vivida, correndo por conta da DETENTORA as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do respectivo fornecimento.
- 8.3. O prazo de entrega dos produtos é de no máximo 15 (quinze) dias contados do recebimento da nota empenho.
- 8.4. O MUNICÍPIO reserva-se ao direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas no Edital e/ou Ata de Registro de Preços, ou que seja considerado inadequado pelo MUNICÍPIO.
- 8.5. A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil do produto será da DETENTORA. Consequentemente ela não poderá solicitar prorrogações de prazos em decorrência do atraso na entrega.
- 8.6. A DETENTORA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar O MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o MUNICÍPIO de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos, inclusive quanto as de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e civil.
- 8.7. A DETENTORA se obriga a respeitar, rigorosamente, na execução desta ata de registro de preços, legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, bem como normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9. O preço ajustado será pago através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a entrega do objeto.
- 9.1. Caso os dias previstos para pagamentos cair em finais de semana ou feriados, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil após o feriado ou final de semana.
- 9.2. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente da DETENTORA.

Handwritten signatures: "Aldoni" and "B"



9.3. Não será concedido nenhum reajustamento de preços no período da contratação, ressalvada a hipótese de aplicação do art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, que prevê a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.4. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e da Ata de Registro de Preços.

9.5. A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do INSS e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

9.6. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.6.1. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

9.6.1.1 destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

9.6.1.2 com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

9.6.1.3 de comércio exterior."

9.7. Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10. O ÓRGÃO CONTRATANTE, através do setor competente, fiscalizará a entrega dos produtos e verificará o cumprimento das condições solicitadas, no todo ou em parte, visando a averiguação do atendimento do produto às condições e especificações requisitadas.

10.1. O ato da fiscalização de execução da ata de registro de preços não desobriga a DETENTORA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

11. O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

11.1. Pela Administração, quando:

a) A DETENTORA descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) A DETENTORA não retirar a Nota de Empenho e/ou a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) A DETENTORA der causa a rescisão administrativa da ata de registro de preços;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente fundamentadas;

11.2. Pela DETENTORA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o objeto de acordo com a Ata de Registro de Preços.

11.3. Nas hipóteses previstas no subitem 11.2, a comunicação do cancelamento do preço registrado será publicada na Imprensa Oficial Municipal juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.4. A solicitação da DETENTORA para cancelamento do registro de preço deverá ser protocolada no Município de Coronel Vivida – PR, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e nesta Ata, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado à DETENTORA o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Cancelada a Ata em relação a uma DETENTORA, a Administração poderá contratar com aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço.

11.6. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa DETENTORA será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.



11.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita na Imprensa Oficial Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

12.1.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato/Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não manter a proposta apresentada, falhar ou fraudar na execução do contrato/Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º Da lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato/Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

12.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

12.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso da vencedora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.

12.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento ou da Nota de Empenho, por dia de atraso, no caso da vencedora não cumprir as condições de entrega e recebimento do objeto estabelecidas na cláusula oitava, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando dar-se-á por cancelada a Ata de Registro de Preços.

12.3. Constituem hipóteses que podem determinar adoção das sanções de suspensão e declaração de inidoneidade:

- a) inexecução total de obrigações contratuais;
- b) inexecução parcial de obrigações contratuais;
- c) de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- d) prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação (são exemplos de ilicitudes: falsear dados e demonstrativos, apresentar declarações falsas, apresentar documentos com falsidade ideológica, oferecer amostras diversas da DETENTORA, realizar combinações indevidas, do tipo jogo de planilhas e arranjos escusos, entre outras);
- e) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

13. A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e, da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14. Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Presencial nº 67/2016** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

14.1. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



14.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

14.4. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida-PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 05 de agosto de 2016.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Francieli Oldoni
Francieli Oldoni
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....

Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 6698 | Pato Branco, 13 e 14 de agosto de 2016

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO
RUA PARANÁ 1547
85.501-025 - PATO BRANCO - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº. 00073/2016
DESIGNAÇÃO DE HASTA

TRT-PR-00748-2015-125-09-00-8(RTOrd)

LOCAL ATUAL: 02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO

Autor: Neuzele Bortolino Viana

Réu(s): Indústria de Produtos de Alumínio Brasil Ltda. - Me

João Paulo Guimarães

João Vitor Guimarães

INTIMADO(S): Indústria de Produtos de Alumínio Brasil Ltda. - Me - (RÉU - 1)

- CNPJ: 82.777.985/0001-05

João Paulo Guimarães - (RÉU - 2) - CPF: 027.896.839-21

João Vitor Guimarães - (RÉU - 3) - CPF: 047.678.349-61

Neuzele Bortolino Viana - (AUTOR - 1) - CPF: 035.801.519-75

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO FERREIRA RAMOS, Juiz Titular da 2ª Vara do

Trabalho de Pato Branco-PR, faz saber a todos quantos o presente edital virem,

ou terem tomado conhecimento, que nos autos da reclamação trabalhista su-

pra aludida, mandará levar a Hasta Pública nas modalidades PRESENCIAL e ON

LINE no dia 9 de SETEMBRO de 2016, às 14h00min., pelo leiloeiro oficial do Ju-

ízo, Sr. Sadi Luiz Simon, já comprometido perante esta Vara do Trabalho, a re-

realizar-se na Rua Osvaldo Aranha, 659, Centro, na cidade de Pato Branco - PR, fone

(46) 3225-2268, "home-page" <http://www.simonleiloes.com.br>, "e-mail" simonleiloes@simonleiloes.com.br, os seguintes bens:

Bens móveis:

1) 01 forno de repuxo de alumínio marca Miriam M 300, com bastante uso, em

funcionamento, aproximadamente 2 metros, avaliado em R\$ 7.000,00;

2) 01 forno de repuxo de alumínio, sem identificação de marca e modelo, apro-

ximadamente um metro e 50 cm, em mau estado de conservação, avaliado em R\$

5.500,00;

3) 01 forno de repuxo de alumínio, sem identificação de marca e modelo, com

bastante uso, aproximadamente 02 metros, em funcionamento, avaliado em R\$

8.500,00;

4) 01 forno de repuxo de alumínio, sem identificação de marca e modelo, apro-

ximadamente 02 metros, com bastante uso, em funcionamento e avaliado em R\$

8.500,00.

Total da avaliação: R\$ 29.500,00 em 19/10/2015 (fls. 84/85).

Depositário: leiloeiro judicial SADI LUIZ SIMON.

Ônus: não há.

Fixo o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de ho-

norários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divul-

gação, os quais serão suportados pelo arrematante, da excepcionadas as hipóteses

de ADJUDICAÇÃO, na qual os honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o

valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.

Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO a hasta somente será suspensa me-

diante a comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais penden-

tes, inclusive as realizadas pelo leiloeiro.

Restando por quaisquer motivos inviabilizada a intimação das partes, a publica-

ção do edital convalidará o ato.

Publique-se e afixe-se no átrio deste Fórum.

JOSÉ EDUARDO FERREIRA RAMOS

Juiz do Trabalho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO
RUA PARANÁ 1547
85.501-025 - PATO BRANCO - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº. 00076/2016
DESIGNAÇÃO DE HASTA

TRT-PR-00475-2009-125-09-00-8(RTOrd)

LOCAL ATUAL: 02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO

Autor: Silvana Alves

Réu(s): Sítio Prestadora de Serviços S/C Ltda.

Estilo Express Logística Ltda. - Me

Uilson Joseli de Moraes Ott

Cleusa Maria Ramos de Lima

Gabriella Caroline dos Reis Ott

INTIMADO(S): Cleusa Maria Ramos de Lima - (RÉU - 4) - CPF: 616.098.469-15

Estilo Express Logística Ltda. - Me - (RÉU - 2)

Gabriella Caroline dos Reis Ott - (RÉU - 5) - CPF: 074.125.409-39

Silvana Alves - (AUTOR - 1) - CPF: 006.982.929-28

Sítio Prestadora de Serviços S/C Ltda. - (RÉU - 1) - CNPJ: 73.666.745/0003-20

Uilson Joseli de Moraes Ott - (RÉU - 3) - CPF: 703.173.569-68

Terceiro Interessado:

O ESPÓLIO DE NAIR DURVAL DA SILVA por intermédio de Francisco Garcia

da Silva, filho da proprietária do imóvel (falecida).

O DOUTOR SANDRO ANTONIO DOS SANTOS, Juiz da 2ª Vara do Trabalho

de Pato Branco-PR, faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou terem

tomado conhecimento, que nos autos da reclamação trabalhista supra aludida,

mandará levar a Hasta Pública nas modalidades PRESENCIAL e ON LINE no dia

9 de SETEMBRO de 2016, às 14h00min., pelo leiloeiro oficial do Juízo, Sr. Sadi

Luiz Simon, já comprometido perante esta Vara do Trabalho, a realizar-se na

Rua Osvaldo Aranha, 659, Centro, na cidade de Pato Branco - PR, fone (46) 3225-

2268, "home-page" <http://www.simonleiloes.com.br>, "e-mail" simonleiloes@simonleiloes.com.br, o seguinte bem:

Bem imóvel: lote rural nº 150, da Gleba nº 9, do imóvel denominado Guaiçara, si-

tuado no município de Missal-PR, com área de 3.415,00m², com ca-

racterísticas, limites e confrontações constantes na matrícula nº 6.655, do CRI da

Comarca de Medianeira-PR.

Beneficiário: não há.

Total da avaliação: R\$70.000,00 (setenta mil reais) em 19/11/2015 (fl. 231).

Depositário: Sr. Luiz Carlos Dall'Agnol, na pessoa do preposto Luiz Carlos Seve-

rino (fl. 232).

Ônus: não há.

Fixo o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de ho-

norários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divul-

gação, os quais serão suportados pelo arrematante, da excepcionadas as hipóteses

de ADJUDICAÇÃO, na qual os honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o

valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.

Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO a hasta somente será suspensa me-

diante a comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais penden-

tes, inclusive as realizadas pelo leiloeiro.

Restando por quaisquer motivos inviabilizada a intimação das partes, a publica-

ção do edital convalidará o ato.

Publique-se e afixe-se no átrio deste Fórum.

SANDRO ANTONIO DOS SANTOS

Juiz do Trabalho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO
RUA PARANÁ 1547
85.501-025 - PATO BRANCO - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº. 00077/2016
DESIGNAÇÃO DE HASTA

TRT-PR-00937-1992-125-09-00-8(RTOrd)

LOCAL ATUAL: 02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO

Autor: Leonilda Emma Mathias

Réu(s): Leocir Antonio Parisoto

INTIMADO(S): Leocir Antonio Parisoto - (RÉU - 1) - CPF: 680.843.589-87

Leonilda Emma Mathias - (AUTOR - 1) - CPF: 761.849.949-72

Terceiros Interessados: LUCINEI GIOTTI, MARCUS ANTONIO ALVES e TA-

TIANE CRISTINA PASSA.

O DOUTOR SANDRO ANTONIO DOS SANTOS, Juiz da 2ª Vara do Trabalho

de Pato Branco-PR, faz saber a todos quantos o presente edital virem, que nos au-

tos da reclamação trabalhista supra aludida, mandará levar a Hasta Pública nas

modalidades PRESENCIAL e ON LINE no dia 09 de SETEMBRO de 2016, às

14h00min., pelo leiloeiro oficial do Juízo, Sr. Sadi Luiz Simon, já comprometido

perante esta Vara do Trabalho, a realizar-se na Rua Osvaldo Aranha, 659, Centro,

na cidade de Pato Branco - PR, fone (46) 3225-2268, "home-page" <http://www.simonleiloes.com.br>, o seguinte bem:

IMÓVEL URBANO: lote nº 02, da quadra nº 1177, com 366,97m², sem benfeite-

rias, sem ocupação, sito a Rua José Cardoso Junior, nesta cidade de Pato Branco,

com os limites e confrontações constantes na matrícula nº 37.983, do 1º Ofício -

Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR.

Avaliação total de R\$ 110.037,00 em despacho proferido em 10/08/2016 (fls.

439/460).

Ônus sobre o bem: não há.

Depositário: sem nomeação de depositário.

Fixo o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de ho-

norários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divul-

gação, os quais serão suportados pelo arrematante, da excepcionadas as hipóteses

de ADJUDICAÇÃO, na qual os honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o

valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.

Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO a hasta somente será suspensa me-

diante a comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais penden-

tes, inclusive as realizadas pelo leiloeiro.

Restando por quaisquer motivos inviabilizada a intimação das partes, a publica-

ção do edital convalidará o ato.

Publique-se e afixe-se no local de costume deste Fórum Trabalhista.

SANDRO ANTONIO DOS SANTOS

Juiz do Trabalho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO
RUA PARANÁ 1547
85.501-025 - PATO BRANCO - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº. 00068/2016

TRT-PR-01022-2014-125-09-00-6(RTOrd)

LOCAL ATUAL: 02ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO

Autor: Kleonice Roncem de Lima

Réu: Kelsen Artigos de Cama, Mesa e Banho Ltda.

Gervasio Elias Scolari

Neli Maria Betsio Gambeta

Via Tanti Industrial Ltda.

G. E. Pólios Indústria e Comércio de Confeções Ltda.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO FERREIRA RAMOS, Juiz Titular da 2ª Vara do

Trabalho de Pato Branco-PR, faz saber a todos quantos o presente edital virem,

ou terem tomado conhecimento, que nos autos da reclamação trabalhista su-

pra aludida, mandará levar a Hasta Pública nas modalidades PRESENCIAL e ON

LINE no dia 9 de SETEMBRO de 2016, às 14h00min., pelo leiloeiro oficial do Ju-

ízo, Sr. Sadi Luiz Simon, já comprometido perante esta Vara do Trabalho, a re-

realizar-se na Rua Osvaldo Aranha, 659, Centro, na cidade de Pato Branco - PR, fone

(46) 3225-2268, "home-page" <http://www.simonleiloes.com.br>, "e-mail" simonleiloes@simonleiloes.com.br, o seguinte bem:

IMÓVEL: parte da chácara nº 170, situada atualmente no quadro urbano da ci-

dade de Chopinzinho-PR, contendo a área de 196,00m², limites e confrontações

constantes da matrícula nº 17.545 do CRI de Chopinzinho-PR. Sem benfeiteiras.

Avaliado em R\$ 60.000,00 em 11/02/2016 (fl. 367).

Fixo o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de ho-

norários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divul-

gação, os quais serão suportados pelo arrematante, da excepcionadas as hipóteses

de ADJUDICAÇÃO, na qual os honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o

valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.

Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO a hasta somente será suspensa me-

diante a comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais penden-

tes, inclusive as realizadas pelo leiloeiro.

Restando por quaisquer motivos inviabilizada a intimação das partes, a publica-

ção do edital convalidará o ato.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Afixe-se no local de costume deste Fórum Trabalhista.

JOSÉ EDUARDO FERREIRA RAMOS

Juiz do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 6º (SEXTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 055/12,
DE 17/05/12, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/12, DE
11/05/12, CONFORME ARAIO SE DECLARA: PARTES: Município de Clevelândia e IDS Desenvolvimento de Software e Consultoria Ltda. OBJETO: Prorrogação de prazo e vigência do contrato, PRAZO ADICIONAL: 09 (nove) meses, VALOR DO ADITAMENTO: R\$ 5.485,77 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos). PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 17/08/2016 a 16/05/2017, VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 17/08/2012 a 16/05/2017. FORO: CLEVELÂNDIA - PR. DATA DE ASSINATURA: 09/08/2016. Clevelândia, 09 de agosto de 2016. ALVARO FELIPE VALERIO Prefeito Municipal
EXTRATO DO 7º (SÉTIMO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 055/12, DE 17/05/12, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/12, DE 11/05/12, CONFORME ARAIO SE DECLARA: PARTES: Município de Clevelândia e IDS Desenvolvimento de Software e Consultoria Ltda. OBJETO: Reajuste do valor contratado. PRAZO: 09 (nove) meses. ÍNDICE DE REAJUSTE: 11,65% (onze inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento). VALOR DO ADITAMENTO: R\$ 639,09 (seiscentos e trinta e nove reais e nove centavos), o qual será pago em 09 (doze) parcelas, mensais e sucessivas. PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 17/08/2016 a 16/08/2017, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 17/05/2012 a 16/05/2017. FORO: CLEVELÂNDIA - PR. DATA DE ASSINATURA: 10/08/2016. Clevelândia, 10 de agosto de 2016. Alvaro Felipe VALERIO Prefeito Municipal

Licença de Instalação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE DO IGUAÇU, torna público que recebeu do Instituto Ambiental do Paraná a concessão da Licença de Instalação do Loteamento Residencial Colina, no Município de Saúde do Iguaçu, Estado do Paraná.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 852016. OBJETO: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de bolcos e persianas. Prazo de registro de preços: 12 meses, de 06/08/2016 a 07/08/2017.
Contratante: Município de Coronel Vívica.
DELENTORAS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
912016	AUGUSTO HENRIQUE ALVES - ME	23.837.209/0001-00	31.500,00
922016	FERREIRA GUINAVES DA ROCHA & CIA LTDA - ME	23.760.338/0001-10	44.850,00
932016	FRANCIELI OLIVEIRA	16.672.231/0001-86	18.500,00

Coronel Vívica, 08 de agosto de 2016, Frank Anel Schwan, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 852016. OBJETO: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de enfermagem para a UPA 24h e para a secretaria municipal de saúde. Prazo de registro de preços: 12 meses.
Contratante: Município de Coronel Vívica, juntamente com o Fundo Municipal de Coronel Vívica.
DELENTORAS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
792016	AMARILLO DASEGRO E CIA LTDA - EPP	82.281.310/0001-11	273.248,10
802016	DAMEZI - DAMEZOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	05.398.320/0001-05	83.724,00
812016	EFETIVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME	11.101.490/0001-01	102.925,50
822016	MEDICAMENTOS DE AZ ERELL EPP	05.676.754/0001-98	25.827,93
832016	DOCTOMED - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	06.184.446/0001-02	110.470,41
842016	POSICATO E POSICATO LTDA - ME	72.152.550/0001-08	12.551,40
852016	VIVER EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - EPP	07.976.895/0001-90	4.350,00

Coronel Vívica, 27 de julho de 2016, Frank Anel Schwan, Prefeito.

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná - DIOEMS

Segunda-Feira, 15 de Agosto de 2016

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano V – Edição Nº 1168



CORONEL VÍVDA

PREFEITURA

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 67/2016. OBJETO: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de toldos e persianas. Prazo de registro de preços: 12 meses, de 08.08.2016 a 07.08.2017.

Contratante: Município de Coronel Vívda.

DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
91/2016	AUGUSTO HENRIQUE ALVES-ME	23.837.209/0001-00	31.500,00
92/2016	FERNANDO GONÇALVES DA ROCHA & CIA LTDA-ME	23.700.935/0001-10	44.850,00
93/2016	FRANCIELI OLDONI	15.072.231/0001-88	16.500,00

Coronel Vívda, 05 de agosto de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 65/2016. OBJETO: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de enfermagem para a UPA 24hs e para a secretaria municipal de saúde. Prazo de registro de preços: 12 meses.

Contratante: Município de Coronel Vívda juntamente com o Fundo Municipal de Coronel Vívda;

DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO
79/2016	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA – EPP	82.291.311/0001-11	273.946,10
80/2016	DAMED-DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	95.368.320/0001-05	83.724,00
81/2016	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA ME	11.101.480/0001-01	102.925,50
82/2016	MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP	09.676.256/0001-88	25.867,93
83/2016	ODONTOMÉD-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-EPP	06.194.440/0001-03	110.470,41
84/2016	POSSATO & POSSATO LTDA-ME	72.150.550/0001-06	12.561,40
85/2016	VIVER EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-EPP	07.976.695/0001-90	4.350,00

Coronel Vívda, 27 de julho de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Aditivo nº 01 ao Contrato nº 92/2016 – Pregão Presencial nº 55/2016

Contratante: Município de Coronel Vívda juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratado: INSTITUTO MÉDICO NOSSA VIDA DE CORONEL VÍVDA, CNPJ nº 17.340.842/0001-95. Considerando o pedido da Diretora do Departamento de Saúde e, de comum acordo entre as partes, fica alterado o prazo da execução dos serviços, passando a ser de 01.08.2016 a 31.07.2017. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 01 de agosto de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

CRUZEIRO DO IGUAÇU

PREFEITURA

AVISO Nº 01 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR, torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade de Tomada de Preços, de acordo com as condições particulares do Edital, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas em vigor que regem a matéria.

OBJETO: Contratação de empresa para dispor estagiários a prestar serviços de apoio para esta municipalidade, nos termos estabelecidos no edital e seus anexos.

DATA E HORA DE ABERTURA: 31/08/2013, às 09:00 (nove horas).

ENTREGA DE EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos podem ser retirados na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, ou através da webpage: <http://www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/> e demais informações através do telefone/fax (0xx46) 3572-8000, fax (0xx46) 3572-8001 e email: licitacaocruzeiro@hotmail.com.

Cruzeiro do Iguaçu/PR, em 12 de agosto de 2016.

Gelcenor Leiras da Silva - Presidente da Comissão de Licitação

DOIS VIZINHOS

PREFEITURA

DECRETO Nº 13117/2016

Concede Licença por morte em pessoa da família a servidora Maria Rosângela Portella de Castro.

Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE licença por morte em pessoa da família (mãe) a servidora MARIA ROSANGELA PORTELLA DE CASTRO, matrícula funcional 18168-1, portadora da Cédula de Identidade nº 6.215.238-9/PR e do CPF/MF nº 905.739.009-49 ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/ CMEI Mundo Feliz, no período de 10 a 17 de agosto de 2016, com base no artigo 152, Inciso II da Lei 577/93 e suas alterações.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, 55º ano de emancipação.

Raul Camilo Isotton - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA.

Credenciamento e Recebimento dos Envelopes: Dia: 25 de agosto de 2016–Hora: até às 08h30min–Horário de Brasília–Início da Sessão Pública: Dia: 25 de agosto de 2016–Hora: às 08h40min–Horário de Brasília

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, no site www.doisvizinhos.pr.gov.br/servicos/licitacoes. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848 ou (46) 3536 8827.

Dois Vizinhos, 12 de agosto de 2016.

Raul Camilo Isotton - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA FINS DE MANUTENÇÃO DE TODO SISTEMA DE INFORMÁTICA UTILIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA.

Credenciamento e Recebimento dos Envelopes: Dia: 26 de agosto de 2016–Hora: até às 14h00min–Horário de Brasília–Início da Sessão Pública: Dia: 26 de agosto de 2016–Hora: às 14h10min–Horário de Brasília

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, no site www.doisvizinhos.pr.gov.br/servicos/licitacoes. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848 ou (46) 3536 8827.

Dois Vizinhos, 12 de agosto de 2016.

Raul Camilo Isotton - Prefeito

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Errata da publicação referente ao Decreto nº 13085/2016, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná, edição nº 1158, página 40, de 01 de agosto de 2016, em virtude de erro material, sendo que,

Onde se Lê:

Nível C – Classe 1

Leia-se:

Nível C – Classe 16

Dois Vizinhos, 12 de agosto de 2016.

Raul Camilo Isotton - Prefeito

Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos Aditivos. Nº 131 /2016

Ata de Registro de Preços	199/2016, Pregão nº 106/2016
Empresa	Emerson Basti-ME CNPJ sob o nº 13.199.002/0001-01.

Dois Vizinhos, 12 de agosto de 2016.

Raul Camilo Isotton - Prefeito